

13-11-2019

Nada sobre nós sem nós

Sonia Gertner

[Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Coordenação de Saúde do Trabalhador da Fundação Oswaldo Cruz]

Sempre gosto de lembrar que minha aproximação da temática da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência se deu por provocação do prof. Fadel que à época orientava o pós-doutorado do Prof. Eguimar Chaveiro, cujo resultado foi o belíssimo livro que generosamente nos convidaram a participar - *Uma ponte ao mundo - cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho*. Interrogada sobre que ações havia em nossa instituição centenária - a Fundação Oswaldo Cruz - visando à acessibilidade e inclusão, deparei-me à primeira vista com uma grande defasagem entre o que preconizavam as legislações e a prática institucional. Aos poucos foram identificadas iniciativas importantes em algumas unidades, porém ainda insuficientes para o tamanho do desafio institucional.

O movimento que surgiu desde então buscou unir esforços e iniciativas para dar lugar a um nascente compromisso dos trabalhadores, diretorias e presidência com uma política institucional de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Talvez numa perspectiva psicanalítica o engajamento que me tomou possa ser interpretado a partir da máxima “a falta que nos move”. Há tanto a fazer, há tanto por que lutar que não podemos ficar parados e nem dispersos. Por outra perspectiva, talvez mais existencial, diria que a causa me escolheu, me convocou, me envolveu. Mas como equacionar essa militância um tanto tardia e leiga com o lema “Nada sobre nós sem nós”?

Somente com interesse, atenção e humildade para escutar e aprender com aqueles que vivenciam a deficiência e enfrentam as mais diversas barreiras que a nossa sociedade ainda lhes impõe. No Brasil de hoje, em que a perda dos direitos é a notícia diária, não seria diferente no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, como acompanhamos indignados a tentativa, felizmente frustrada, de desativar o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE), à semelhança do que ocorreu com a dissolução de diversos conselhos de representação social. Mas, atenção, “é preciso estar atento e forte”, como nos alerta Caetano e Gil. Como exemplo, temos a última reunião do CONADE, ocorrida em 23/outubro/2019, ocasião em que foi debatida a questão do documento apresentado pelos médicos peritos do INSS, denominado

“Protocolo Brasileiro de Avaliação da Deficiência - PROBAD”, instrumento esse que com o apoio da Casa Civil, foi levado em audiência pública do Senado Federal, sem ouvir as pessoas com deficiência que deveriam estar legitimamente representadas, assim como outras áreas e profissionais da deficiência.

A situação é de tal desrespeito que a proposta chegou mesmo sabendo-se que o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado - IFBr-M, está em fase final de validação. O Instrumento vem sendo desenvolvido em parceria da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a Universidade de Brasília - UnB, com dispêndio de recursos públicos e de tempo de trabalho de equipe multidisciplinar, em acordo com os princípios e disposições da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CDPD (2009), sendo o único instrumento em que estão presentes os critérios de legitimidade e competência legal para a sua construção. A Convenção é uma norma que possui natureza constitucional, nela o conceito de deficiência passou do modelo biomédico, centralizado na doença e nas limitações do corpo, para o modelo biopsicossocial, que compreende, além do impedimento, barreiras socioeconômicas, ambientais e atitudinais.

O protocolo proposto pela Perícia médica do Ministério da Economia é mais um retrocesso, pois viola o princípio expresso no lema que tem ecoado em todo o mundo como símbolo da luta por direitos da pessoa com deficiência, ou seja, “Nada sobre nós sem nós!”

Portanto, todos os processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, devem ter o envolvimento ativo das pessoas com deficiência.

Não há esperanças de que um dia esse governo que está aí, abandone toda a demagogia de inclusão e consiga reconhecer a importância da participação e do protagonismo dos sujeitos de direitos.

Mas somos mais suficientes do que isso que está aí.

E só me faz concordar quando se diz que os poetas chegam primeiro, sempre. E eles já disseram:

Há suficiência de mais ou de menos.

Pessoas têm suficiências de mais ou de menos.

[...] Suficiências de menos ao colocar a produção do conhecimento a serviço do mercado e do capital.

Suficiências de mais ao colocar todos os sentidos a serviço da dignidade humana, mesmo que falem todos os sentidos.

(Chaveiro e Vasconcellos)

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.